

Título do capítulo	CAPÍTULO 4 – EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-MS: UMA AVALIAÇÃO DO REUNI
Autores(as)	Rafael Gonçalves Gumiero
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/capitulo4

Título do livro	UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI
Organizadores(as)	Fernando Cezar de Macedo Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-030-1
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-MS: UMA AVALIAÇÃO DO REUNI

Rafael Gonçalves Gumiero¹

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo governo federal, pode provocar um efeito de desconcentração das universidades federais das metrópoles para a periferia, caracterizada pelo aumento na oferta de graduação no interior e na faixa de fronteira do Brasil com outros países. Historicamente, as universidades públicas foram instaladas nas capitais dos estados, concentrando, assim, a oferta de vagas nas metrópoles e dificultando o acesso ao ensino superior federal da população localizada no interior do Brasil. A criação de novas universidades federais pode ter forte impacto na mudança do território, caracterizada pela redução das assimetrias regionais e ampliação da inclusão social pela expansão quantitativa de instituições, vagas e *campi*.

A sub-região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, apresentou duas características que colaboraram para a implementação do Reuni em seu território, assim como a criação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A primeira delas foi a localização geográfica estratégica desta universidade, no interior do Mato Grosso do Sul e próxima à faixa de fronteira, entre Ponta Porã-MS e Pedro Juan Caballero, no Paraguai. A segunda foi a expansão das funções relacionadas com o acesso da população ao ensino superior federal, mediante aumento quantitativo de oferta de vagas de ensino, mas com ênfase na diversidade cultural e étnica local, apoiada pelas reservas de vagas com perfil étnico-racial.

O objetivo deste estudo é avaliar se a implantação da UFGD gerou inclusão social da população da sub-região da Grande Dourados ao ensino superior federal público, pela análise da relação dos estudantes matriculados nos cursos de graduação desta universidade e a origem dos municípios deles, de 2006 a 2014. A utilização desse período é devido à implementação do ciclo de política pública do Reuni,

1. Professor adjunto do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (ledar) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: <gumiero@unifesspa.edu.br>.

iniciado em 2007. Devido ao contingenciamento de gastos sociais impostos ao Ministério da Educação (MEC), ao fim do primeiro governo Dilma Rousseff, em 2014, esse programa deixou de existir.

O Reuni pode ser compreendido como uma política pública formada por ciclos. O primeiro deles correspondeu ao Programa Expandir, de 2006 a 2010. Este expandiu a educação superior pública por intermédio de dotação orçamentária do governo federal para implantação de novas universidades federais e fortalecimento de *campi* no interior do país. O ciclo seguinte, de 2011 a 2014, propôs a integração regional e a internacionalização do conhecimento, com a expansão da oferta de vagas para o acesso de estudantes e acadêmicos estrangeiros, por meio da implantação e reestruturação das universidades, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) (Costa Filho, 2016).

A metodologia aplicada neste capítulo possui três movimentos de análise. O primeiro corresponde à exploração dos documentos formulados pela UFGD: *Reestruturação e expansão da Universidade Federal da Grande Dourados Reuni-UFGD*, de 2007; *Universidade, expandir até ficar do tamanho do Brasil*, de 2009; e o *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2008-2011*. Posteriormente, foram coletados os indicadores econômicos e sociais dos municípios da Grande Dourados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Ipea, no Atlas do Desenvolvimento Humano e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O terceiro movimento foi examinar os dados referentes aos municípios de origem dos estudantes ingressantes nos cursos de graduação da UFGD de 2006 a 2014, gerados pela secretaria acadêmica da instituição.

Neste estudo, utiliza-se o termo *origem dos estudantes* como referência ao município em que o discente concluiu o ensino médio. A mensuração dos dados dos discentes matriculados em cursos de graduação da UFGD permitiu auferir três categorias analíticas. Na primeira, constatou-se maior porcentagem de discentes oriundos do município de Dourados. Na segunda, houve maior porcentagem dos provenientes de outras regiões de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, principalmente Campo Grande, e de outras Unidades Federativas (UFs). Na terceira, constataram-se discentes originários de outras UFs.

Este capítulo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2, divulga-se a literatura que categorizou a universidade pública como política pública capaz de gerar desenvolvimento regional. Na seção 3, apresenta-se o desenho do Reuni formulado pela UFGD. Na seção 4, constam a regionalização do

Mato Grosso do Sul e os indicadores socioeconômicos dos municípios da Grande Dourados. Na seção 5, cotejaram-se os dados da relação dos municípios de origem dos estudantes e sua inclusão no ensino superior da UFGD. Por último, são apresentadas as considerações finais.

2 A UNIVERSIDADE FEDERAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A universidade pública pode ser apontada como o projeto que incorpora as diferentes teses sobre o desenvolvimento. Inicialmente, ela pode ser posicionada como mediadora das demandas dos movimentos sociais do território, no qual a sua implantação pode conciliar efeitos de redistribuição com os de reconhecimento,² por meio de ações afirmativas (negros, etnia indígena, população de baixa renda, refugiados políticos).

A educação é posicionada como forma de liberdade e empoderamento, segundo a tese de Sen (2000), direcionada ao indivíduo como alternativa para sair das privações de liberdades econômicas, políticas e sociais. Para Bourdieu (2012), o empoderamento pode ser compreendido como concessão de subsídios para a formação de capital cultural dos indivíduos, o que permite sua mobilização social, abrindo oportunidades e alcançando o *ethos* necessário para sobrepujar as desigualdades sociais impostas durante a trajetória do indivíduo que não possui capital cultural, proveniente do seu núcleo familiar.

Esta seção apresenta o potencial impacto que a universidade pode conceder ao território, por ser mobilizadora de diferentes vetores que, unidos, podem chacoalhar as estruturas locais e provocar transformações no âmbito econômico, inovações tecnológicas e principalmente conscientização e politização dos indivíduos sobre a necessidade de participação política na formação de agendas locais de políticas públicas, traduzidos pela extensão da cidadania.

A tese de Amartya Sen (2000) integra esse arco composto por diferentes percepções sobre desenvolvimento, proporcionado pela política social. Em sua obra *Desenvolvimento como liberdade*, de 1999, sua interpretação de desenvolvimento superou a tradicional da teoria econômica, caracterizada por indicadores econômicos para ressignificar esse conceito por intermédio das liberdades reais concedidas às pessoas, como as disposições sociais e econômicas, os serviços de saúde e educação, os direitos civis, a liberdade de participar de discussões públicas.

2. Segundo Mattos (2006), a tese de Honneth e Fraser é imprescindível para compreender que os direitos não são direcionados somente para a redistribuição econômica, mas também devem ser formulados para o reconhecimento, principalmente em relação às questões identitárias, sejam elas de movimentos sociais, grupos minoritários, étnico-raciais ou de gênero.

A tese de Sen (2000) pode ser apresentada por duas chaves analíticas que, juntas, permitem compreender o desenvolvimento por intermédio da concessão de educação para os indivíduos. A primeira chave é o diagnóstico da pobreza que deriva da baixa capacidade de liberdade determinada pela privação dos direitos aos indivíduos. O teórico referido aponta quatro aspectos que evidenciam a privação de capacidades: i) relação renda e capacidade é afetada pela idade da pessoa, pelos papéis sexuais e sociais, pela localização, pelas condições epidemiológicas e outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle; ii) pobreza real é resultado das desvantagens entre privação de renda e adversidade na conversão de renda em funcionamentos; iii) distribuição desigual de oportunidades para os filhos(as) (gênero masculino e feminino) em uma família; e iv) privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades – é o caso de uma classe de renda baixa em um país rico não acompanhar o padrão de consumo de outras classes sociais com renda superior.

A segunda chave para a compreensão da tese de Sen (2000) é o papel fundamental desempenhado pelo Estado na formulação de políticas públicas, que podem remover as privações de liberdade ao indivíduo. O autor supracitado identifica cinco tipos distintos de liberdade, que merecem ênfase: i) liberdades políticas incluem direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente, considerando oportunidades de diálogo político, direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos; ii) facilidades econômicas são as condições dos indivíduos de utilizarem recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca; iii) oportunidades sociais são disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação e saúde, a fim de possibilitar participação mais efetiva do indivíduo em atividades políticas e econômicas; iv) garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade nas relações sociais; e v) segurança protetora é uma rede preventiva para a população em situação de pobreza, por exemplo o seguro desemprego e os suplementos de renda.

O prognóstico de Sen (2000) para a superação das privações de liberdades se dá por meio da educação, que pode ser a potencializadora da expansão de outras modalidades de liberdades dos indivíduos, como as oportunidades econômicas, políticas e sociais.

Para Cepêda (2014), o Reuni avança como política pública para o desenvolvimento ao revisar os critérios de mensuração dos indicadores do desenvolvimento. Ele reposicionou os indicadores sociais e os de vulnerabilidade social como importantes variáveis para a *accountability* do desenvolvimento. A universidade pública é central para a superação das assimetrias sociais em sub-regiões do interior e regiões de fronteira do Brasil. A autora referida defende a implantação da universidade como forte alternativa para a democratização da população ao ensino superior, combinada com a tese de Sen, que possibilita o empoderamento e a capacitação da população.

Outra dimensão para a redução das desigualdades territoriais é a que prioriza os efeitos de encadeamento propulsionados pela universidade pública. Nessa esteira de discussões teóricas, para Rolim e Serra (2009), a concepção moderna do Sistema Nacional de Inovação, Economia e Conhecimento é articulado com vários subsistemas, como financeiro, aprendizado e cultura produtiva, que centralizam a universidade como lócus das externalidades a serem reproduzidas e impactadas em seu território. Para esses autores, a possibilidade de desenvolvimento pode ser gestada por aquelas que conseguirem combinar um projeto político de desenvolvimento com seus diferentes atores. A utilização do conjunto de conhecimentos existentes na região pode aumentar a sua competitividade. O subsistema de aprendizado é fundamental para propalar o acesso ao conhecimento acumulado e a geração de inovação. A cultura produtiva relaciona o grau de envolvimento dos atores sociais locais nos segmentos produtivos, estreitado pela cultura técnica dos habitantes da região pela transmissão de conhecimentos e saberes geracionais.

As instituições de ensino superior (IES) podem gerar efeitos acumulativos de duas dimensões, o primeiro corresponde aos fluxos financeiro e monetário, denominados de encadeamentos para trás (*backward linkages*), que influenciariam a demanda efetiva de consumo e gastos em serviços locais de estudantes e funcionários das universidades. O segundo efeito representa a produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico, balizado pelo ensino e pela pesquisa, o que gera encadeamentos para frente (*forward linkages*), com forte capacidade de transformação estrutural da economia produtiva da região, dada a oferta de capital humano qualificado, infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento (P&D), conhecimentos científicos e tecnológicos (Vieira, 2017).

Segundo Vieira (2017), dos dois impactos gerados no território pela instalação da universidade, os para frente são os de maior relevância, pois podem transformar o território. Essas transformações relacionam-se aos campos do ensino e da pesquisa, especificamente a dimensão da cultura, que abrange iniciativas como bibliotecas, museus, galerias de arte, centros culturais multiuso e ações extensionistas no território.

A interação entre as escalas territoriais são relevantes na percepção de Vieira (2017), visto que as diretrizes fixadas no plano nacional influenciam decisivamente as articulações com outras escalas (global³ e regional), com forte impacto na localidade, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão das IES, mobilizadas por recursos para ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) para o desenvolvimento regional e trabalho.

3. A escala global está relacionada à reputação acadêmica e científica da universidade, projeta a atração de investimentos produtivos e estimula a entrada e a permanência de alunos, professores e pesquisadores de outras localidades e países, gerando efeitos acumulativos virtuosos, com rebatimento nas escalas regional e nacional. Sob este prisma analítico da configuração territorial, Vieira (2017) aponta que a universidade pode e é essencial para a transformação, balizada pelas políticas públicas direcionadas à formação de profissionais e pesquisa para inovações tecnológicas de enfrentamento das desigualdades regionais.

Clementino e Dantas (2014) apontam que as mudanças provocadas pela inserção do ensino superior em cidades médias e do interior podem reverberar em efeitos diretos nas atividades terciárias, como comércio, transportes, habitação, ampliação da rede de saúde. A oferta de emprego para a população do território está incluída na combinação de efeitos diretos, o que apresenta como novidade a oferta de mão de obra qualificada. A formação de profissionais amplia as oportunidades na região, o que evita a saída de jovens para os grandes centros e viabiliza sua fixação em regiões carentes de recursos humanos.

O impacto da universidade pública na dimensão territorial e regional pode gerar o movimento pendular da população de estudantes. Ojima e Marandola (2012) apontam que o processo de desconcentração metropolitana realizado por intermédio da ampliação dos meios de mobilidade e comunicação redefiniu o sentido da cidade e região não a partir da metrópole, mas das cidades médias e pequenas, que passaram a criar vínculos pelos fluxos de deslocamento cotidianos horizontais da população.

A ampliação do número de vagas em IES em municípios do interior é um importante fator que corrobora a nova tendência de deslocamentos pendulares, explicitada por Ojima e Marandola (2012), de cidades pequenas e médias fora do perímetro metropolitano. Esta variável reproduz forte impacto em cidades pequenas e médias, ao ofertar vagas na IES, indo de encontro à demanda local pelo ensino universitário. Mais do que isso, apresenta a oportunidade de a população desses locais ter acesso ao ensino superior público, antes polarizado somente nas grandes metrópoles e capitais do Brasil.

Um dos rebatimentos desse processo de movimentos pendulares, que pode ser compreendido como integração intermunicipal para o desenvolvimento regional, foi a abertura da possibilidade de realização de estudos da população jovem em nível superior em seu próprio município ou no seu entorno – diferentemente de outra realidade, em que o jovem ingressava no mercado de trabalho diretamente com todos os aspectos negativos da falta de qualificação (Fusco e Ojima, 2017).

Desse modo, na análise de Fusco e Ojima (2017), a interiorização do ensino superior promoveu inclusão social subjacente à ampliação do acesso a tal ensino. Neste processo, as novas vagas de acesso às IES nos *campi* do interior contribuíram também para que houvesse mudança no perfil do estudante universitário, por exemplo, este deixou de ser predominantemente branco. A criação de vagas em IES, incluindo as universidades federais e estaduais, proporcionou diminuição das desigualdades educacionais em relação aos critérios de raça/cor, renda e localização geográfica

(interior e capital), permitindo assim a integração regional dos municípios por meio de trocas populacionais nesses municípios.

Segundo Vieira (2017), a expansão das IES no sistema federal brasileiro, realizada como política pública destinada às áreas geográficas fronteiriças e interiores do Brasil, pode ser considerada um catalisador para destravar dois obstáculos do desenvolvimento: a desconcentração da educação nas grandes metrópoles; e a redução das desigualdades regionais.

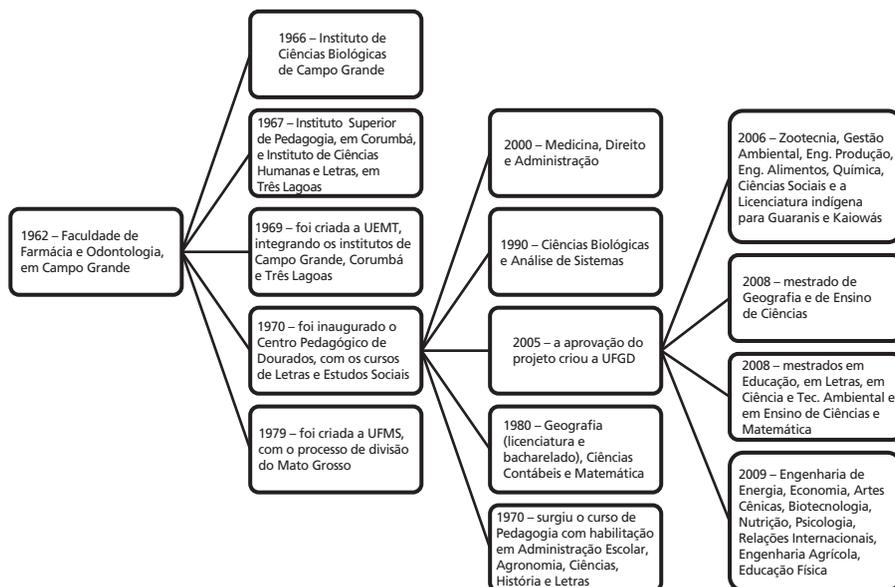
3 AS DIRETRIZES DA EXPANSÃO DO REUNI NO ENSINO SUPERIOR FEDERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

No período de 1960 até o ajuste neoliberal, na década de 1990, o processo de formulação do desenho das políticas públicas no ensino superior privado foi definido pelo modelo concentrador, o qual conciliou a localização de universidades em regiões metropolitanas (RMs) com capacidade econômica dinâmica, priorizando assim a oferta de ensino segundo o critério de possibilidade de pagamento de mensalidade. O ensino superior público sofreu os efeitos do fim do processo de desenvolvimento – como as crises fiscal do Estado brasileiro e hiperinflacionária –, que significou recuo de investimentos do governo federal no projeto de educação superior. O resultado disso foi a concentração regional do sistema de IES públicas em áreas metropolitanas com dinâmica econômica. Com a oferta limitada, formou-se um acesso seletivo na distribuição de formação e qualificação aos grupos empoderados econômica e culturalmente (Marques e Cepêda, 2012).

O movimento que constituiu o ensino superior da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) iniciou em 1962 com a instalação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande. Em 1966, houve a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande subjacente ao curso de medicina; em 1967, a inauguração em Corumbá do Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, do Instituto de Ciências Humanas e Letras. Em 1970, os centros pedagógicos de Aquidauana e Dourados fortaleceram a estrutura do ensino superior público no Mato Grosso. A constituição do estado do Mato Grosso do Sul foi realizada em 1977, e a UFMS foi instituída pela Lei Federal nº 6.674/1979. Esta universidade instalou *campi* em Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porá e Três Lagoas. Porém, a oferta de vagas no ensino superior permaneceu concentrada na capital Campo Grande. Somente em 2005, com a transformação dos *campi* da UFMS em Dourados na UFGD, houve maior oferta de vagas do ensino superior para o interior do Mato Grosso do Sul.

FIGURA 1

Trajetória institucional de formação da Universidade Federal da Grande Dourados



Fonte: Brasil (2007).
Elaboração do autor.

As diretrizes de ações do Reuni promoveram a expansão das instituições federais de educação superior (Ifes) para o interior e para a faixa de fronteira do Brasil. No período de 2003 a 2008, foram criados 104 novos *campi* subjacentes aos 151 existentes, somando 255 *campi* em municípios brasileiros. Outro movimento foi implementar ações para a assistência estudantil por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que concedeu subsídios aos estudantes para alimentação, transporte, moradia e acompanhamento pedagógico, inclusão digital, assistência à saúde, cultura, esportes e serviços de creches (Brasil, 2009a).

A expansão do Reuni do ensino federal público priorizou a criação de novas universidades públicas federais, de acordo com diferentes modalidades: i) novas universidades, como a Universidade Federal do ABC (UFABC); ii) desmembramento de duas instituições – a UFGD, que nasceu do desmembramento da UFMS, e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e iii) transformação de faculdades isoladas em universidades (Brasil, 2009b).

Em 2005, o projeto de formação da UFGD foi aprovado e antecipou a guinada da expansão do programa Reuni, com a implementação de sete cursos de graduação: zootecnia, gestão ambiental, engenharia de produção, engenharia de alimentos, química, ciências sociais e licenciatura indígena para as comunidades guaranis e kaiowás. Ampliou esse repertório com a criação dos cursos de mestrado de geografia e ensino de ciências, seguidos pelos em educação, letras, ciência e tecnologia ambiental, além do de ensino de ciências e matemática (profissional) (Brasil, 2007).

O programa Reuni-UFGD foi dividido em objetivos específicos. O primeiro foi a ampliação da oferta de educação superior pública, acompanhada pela expansão do número de professores, técnicos administrativos da UFGD e de infraestrutura. A criação de nove cursos – engenharia de energia, economia, artes cênicas, biotecnologia, nutrição, psicologia, relações internacionais, engenharia agrícola e educação física – permitiu disponibilizar mais de 491 vagas anualmente pela UFGD (Brasil, 2007, p. 13).

O segundo objetivo do Reuni-UFGD foi a reestruturação acadêmica curricular, sistematizada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, de acordo com as demandas sociais da Grande Dourados, elencadas em: i) implementar nas unidades acadêmicas cursos de graduação que estejam intimamente relacionados às demandas da população da região da Grande Dourados; ii) implantar em todos os cursos sistema de ciclos de formação geral; e iii) implantar em todos os cursos de graduação da UFGD o mínimo de 25% das vagas reservadas para estudantes de escolas públicas. A estratégia foi estimular os itens supracitados aliados ao mecanismo de permanência do aluno no curso de graduação, por intermédio de bolsas de estudos, vale-alimentação, moradia e atendimento psicológico e social (Brasil, 2007).

O terceiro objetivo delineado pelo Reuni-UFGD foi a renovação pedagógica da educação superior, a partir da qual buscou-se conciliar as novas diretrizes curriculares com a estrutura programática da realidade regional. A diretriz de ação proposta foi desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão projetados para formação profissional e tecnológica, de acordo com as demandas local e regional. O quarto objetivo foi a mobilidade intra e interinstitucional, pela flexibilidade de o estudante se matricular em disciplinas optativas ofertadas em outros cursos de graduação (Brasil, 2007).

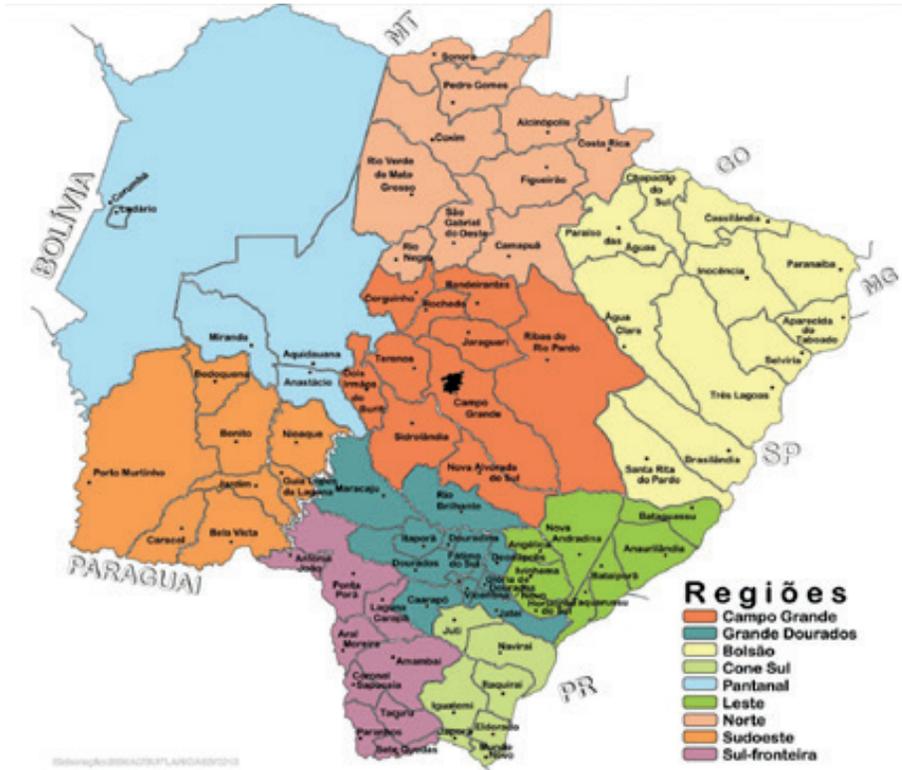
O compromisso de inclusão social emergiu como um quinto objetivo. Entre a política de inclusão da UFGD, foram implementados novos cursos de graduação condizentes às demandas sociais territoriais: i) licenciatura indígena kaiowá e guarani; ii) letras – língua brasileira de sinais; iii) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea); iv) Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext); v) laboratório de acessibilidade e práticas de educação inclusiva; vi) grupo de estudos e pesquisas em educação inclusiva; vii) Programa de Pesquisa em Educação Inclusiva; e viii) alunos trabalhadores. Em conjunto com a ampliação da intervenção da universidade na comunidade pela ação da Pró-Reitoria de Extensão, houve também concessão de várias modalidades de bolsas de assistência estudantil, como: *bolsa permanência*, *bolsa alimentação*, *bolsa Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex)* e *incentivos a projetos sociais que incluam ações às comunidades em situação de exclusão* (Brasil, 2007, p. 53).

4 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DA GRANDE DOURADOS-MS

O documento *Estudo de dimensão territorial*, produzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (Semade), do governo estadual do Mato Grosso do Sul, em 2015, definiu como critério da regionalização do Mato Grosso do Sul a dinâmica inter-regional e a logística de mobilidade rodoviária. As rodovias federais BR-163, BR-262 e BR-267 foram consideradas eixos de dinâmicas urbano e econômico, pois interligam o estado nos sentidos norte-sul e leste-oeste. A capilaridade desta logística de mobilidade é determinante para a conexão dos municípios e o acesso da população aos serviços, como saúde e educação, e dinâmica econômica entre os municípios do estado. Estes são combinados pelos critérios da homogeneidade e interdependência na divisão do espaço regional. A denominação de interdependência assumiu a ideia de áreas de influência urbana que podem orientar o refinamento de políticas públicas aos municípios ao compreender o campo de inércia dos centros polarizadores em relação ao seu entorno (Estado do Mato Grosso do Sul, 2015).

A Semade organizou a divisão do Mato Grosso do Sul em nove regiões de desenvolvimento: Campo Grande, Grande Dourados, Bolsão, Cone Sul, Pantanal, leste, norte, sudoeste e sul-fronteira.

FIGURA 2
Regiões de desenvolvimento – Mato Grosso do Sul



Fonte: Estado do Mato Grosso do Sul (2015).
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A região de desenvolvimento de Campo Grande foi posicionada como o maior centro urbano e econômico do estado. Esta ocupou, na hierarquização urbana, o campo de maior influência sob as demais sub-regiões, no que se refere à atração demográfica e ao atendimento de demandas de bens e serviços do seu entorno. Em seguida, os municípios de Dourados, Corumbá e Três Lagoas ocuparam a posição de sub-polos regionais. A base da hierarquização urbana proposta pela Semade é formada por pequenos centros urbanos, dos quais Naviraí representa a região Cone Sul. Ponta Porá se destaca na região sul-fronteira; Jardim posiciona-se na região sudoeste; São Gabriel do Oeste é central na região norte; e Nova Andradina, na região leste. A região de desenvolvimento da Grande Dourados é formada pelos municípios de Caarapó, Deadópolis, Dourados, Douradina, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Itaporá, Jateí, Maracajú, Rio Brillhante e Vicentina (Estado do Mato Grosso do Sul, 2015).

A estrutura demográfica da região da Grande Dourados possui como eixo central o município de Dourados, composto por mais de 222 mil habitantes. Esta região vem acompanhada por Maracajú, com 47 mil habitantes; e Rio Brillhante, com 37 mil habitantes, em 2019. De acordo com os dados dos Censos 1991, 2000 e 2010, a estrutura etária da população da Grande Dourados é composta majoritariamente por pessoas de 15 a 64 anos, enquanto a faixa etária de menos de 15 anos decresce na maioria dos municípios – caso de Dourados, que passou de 50.027, em 2000, para 47.720, em 2010. Em contrapartida, na faixa etária de 65 anos ou mais, foi constatado aumento populacional.

TABELA 1
Estrutura etária da população da região da Grande Dourados

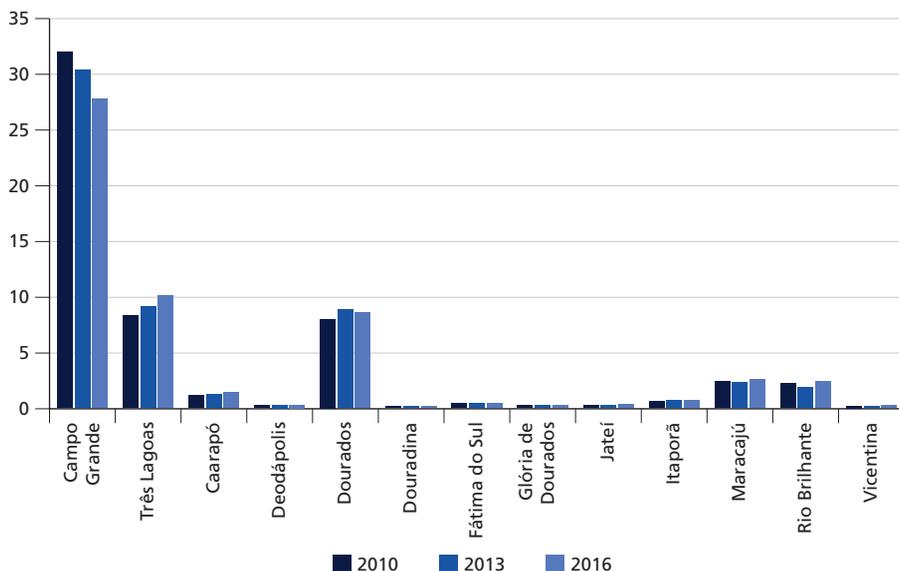
Municípios	Menos de 15 anos			De 15 a 64 anos			De 65 anos ou mais			Total 2019 ¹
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	
Caarapó	8313	6812	7426	13319	12725	16615	860	1169	1726	30.174
Deodápolis	4866	3238	2869	8155	7199	8188	692	913	1082	12.924
Dourados	48320	50057	47720	82873	107240	136494	4791	7652	11821	222.949
Douradina	1661	1482	1427	2839	2918	3510	241	332	427	5.924
Fátima do Sul	7321	5059	3933	13662	12578	13114	1172	1474	1988	19.189
Glória de Dourados	3850	2682	2137	7344	6517	6802	695	836	988	9.965
Jateí	1856	1241	993	2978	2620	2750	152	193	268	4.027
Itaporã	5712	5352	6154	9378	10653	13222	845	1040	1489	24.839
Maracajú	8673	8830	9521	13616	16327	26146	710	1062	1738	47.083
Rio Brillhante	6054	7488	8295	9396	14285	20890	525	867	1478	37.514
Vicentina	2319	1432	1243	4529	3801	3938	435	546	720	6.102

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013).

Nota: ¹ Os dados apresentados para 2019 são os estimados pelo IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3wpag9V>>.

A participação dos produtos internos brutos (PIBs) municipais da região de desenvolvimento da Grande Dourados no PIB estadual, embora apresente Campo Grande em primeiro lugar, reduziu-se de 31,92%, em 2010, para 27,69%, em 2016, de modo que ampliou a participação de municípios intermediários no Mato Grosso do Sul, como Três Lagoas, de 8,29% para 10,05%, e Dourados, de 7,97% para 8,52%, em 2010 e 2016. A participação dos dez municípios da Grande Dourados, com exceção de Dourados, aumentou de 7,65%, em 2010, para 8,53%, em 2016. No entanto, permaneceu polarizada a participação da capital e de municípios intermediários – Dourados, Três Lagoas e Corumbá – no PIB estadual.

GRÁFICO 1
Participação do PIB dos municípios no PIB estadual – Mato Grosso do Sul



Fonte: Estado do Mato Grosso do Sul (2020).

No período de 1991 a 2010, reduziram-se os indicadores de vulnerabilidade social. A porcentagem da população extremamente pobre diminuiu para abaixo da média estadual nos seguintes municípios: Deodápolis, Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Itaporá, Maracajú, Rio Brillhante e Vicentina. No caso da taxa de porcentagem da população pobre, reduziu-se para abaixo da média estadual em Deodápolis, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Maracajú, Rio Brillhante e Vicentina. No entanto, os índices de desigualdade permaneceram altos, como o de Gini, que foi superado acima da média estadual de Mato Grosso do Sul somente pelos municípios de Douradina e Jateí. O mesmo caso é replicado na renda *per capita*, em que somente Dourados e Maracajú superaram a média de Mato Grosso do Sul em 2010.

TABELA 2
Indicadores de vulnerabilidade social dos municípios da Grande Dourados

Municípios	Renda <i>per capita</i> (R\$)			Extremamente pobres (%)			Pobres (%)			Gini		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Mato Grosso do Sul	433,21	576,33	799,34	33,39	22,83	9,92	33,39	22,83	9,92	0,6	0,62	0,56
Caarapó	317,58	341,75	537,01	19,19	11,58	10,46	47,55	37,57	18,24	0,64	0,58	0,5
Deodápolis	240,8	361,74	596,5	22,91	11,25	1,47	51,1	34,59	7,79	0,55	0,59	0,45
Dourados	442,68	615,48	866,4	8,2	5,17	1,57	29,83	19,48	5,96	0,58	0,61	0,52

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Renda <i>per capita</i> (R\$)			Extremamente pobres (%)			Pobres (%)			Gini		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Douradina	331,07	384,47	648,98	19,95	20,82	11,24	46,43	37,19	19,72	0,61	0,65	0,61
Fátima do Sul	365,96	432,73	701,87	13,84	6,87	1,81	40,79	27,73	7,62	0,6	0,57	0,52
Glória de Dourados	262,34	405,66	644,1	15,6	8,02	1,72	45,86	28,53	6,95	0,52	0,55	0,46
Jateí	187,69	288,97	690,71	27,12	8,06	5,43	62,18	29,59	11,07	0,52	0,47	0,6
Itaporã	320,74	372,58	487,51	17,36	9,68	9,29	44,45	31,43	22,5	0,59	0,58	0,54
Maracajú	432,85	487,24	819,6	9,19	8,38	3,81	34,94	26,09	7,82	0,62	0,58	0,54
Rio Brillhante	468,37	479,27	705,6	11,1	8,65	2,74	35,32	24,49	9,26	0,64	0,57	0,53
Vicentina	182,64	416,55	583,56	16,14	11,03	1,58	52,08	25,75	7,56	0,42	0,6	0,46

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013).

Obs.: 1. Proporção de indivíduos extremamente pobres com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70 mensais.2. Proporção de indivíduos pobres com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140 mensais.

A tabela da síntese da educação da Grande Dourados apresentou ampliação da porcentagem da população frequentando os anos finais do ensino fundamental, de 1991 a 2010; porém, apenas cinco dos onze municípios da Grande Dourados ultrapassaram a média estadual de Mato Grosso do Sul, de 87,91%, são eles: Deodápolis com 90,52%; Dourados, 88,9%; Glória de Dourados, 89,05%; Rio Brillhante, 88,55%; e Vicentina, 87,81%.

Apesar disso, a proporção da população que frequenta o ensino médio reduziu sua média estadual para 55,24%, superada somente por Douradina, com 57,93%; Fátima do Sul, 56,31%; Glória de Dourados, 64,79%; Jateí, 57,35%; e Vicentina, 59,56%. No caso da população que frequenta o ensino superior, apresentou evolução da média estadual de 1991 para 2010, de 10,75% para 40,43%. Os municípios que superaram esta média foram Caarapó com 49,14%; Dourados, 45,15%; Douradina, 43,73%; Fátima do Sul, 52%; Glória de Dourados, 45%; e Vicentina, 58,67%.

TABELA 3

Síntese de dados da educação dos municípios – Grande Dourados

Municípios	De 11 a 13 anos no ensino fundamental			De 18 a 20 anos com o ensino médio completo			De 18 a 24 anos no ensino superior		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Mato Grosso do Sul	41,92	65,8	87,91	18,81	39,37	55,24	10,75	27,1	40,43
Caarapó	33	60,81	84,74	17,03	36,43	54,66	6,97	24,29	49,14
Deodápolis	36,3	75,05	90,52	12,3	41,42	55,05	9,6	23,86	38,01
Dourados	49,82	70,92	88,9	22,47	45,06	54,7	12,89	33,42	45,15

(Continua)

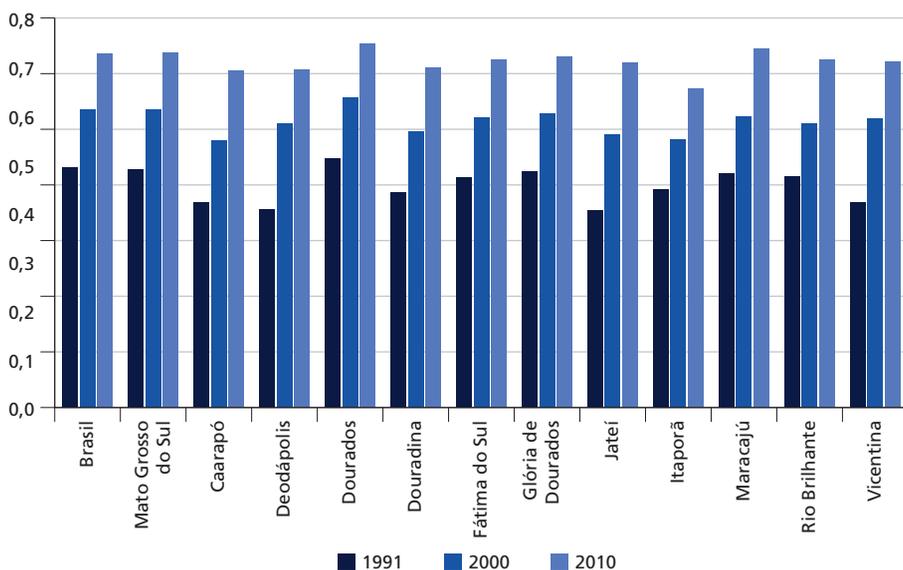
(Continuação)

Municípios	De 11 a 13 anos no ensino fundamental			De 18 a 20 anos com o ensino médio completo			De 18 a 24 anos no ensino superior		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Douradina	30,2	58,22	81,54	13,83	44,65	57,93	19,65	20,59	43,73
Fátima do Sul	47,28	66,33	85,02	26,74	38,89	56,31	15,52	33,82	52
Glória de Dourados	53,75	65,43	89,05	31,93	51,5	64,79	14,82	29,25	45,03
Jateí	35,22	67,56	86,47	18,33	23,89	57,35	10,44	26,43	34,66
Itaporã	45,25	60,37	79,53	13,46	36,75	49,14	11,77	35,04	39,6
Maracajú	40,44	72,78	82,35	17,86	37,52	49,86	9,11	14,55	40,16
Rio Brillhante	41,98	67,12	88,55	17,2	31,12	44,46	7,83	19,51	35,53
Vicentina	44,49	73,65	87,81	17,26	56,34	59,56	13,05	24,94	58,67

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013).

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) melhorou em todos os municípios da Grande Dourados, no período de 1991 a 2010. No entanto, somente Dourados e Maracajú, respectivamente, com 0,747 e 0,736, conseguiram ultrapassar a média nacional de 0,727.

GRÁFICO 2
Síntese dos dados do IDHM dos municípios – Grande Dourados



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013).
Elaboração do autor.

No Mato Grosso do Sul, a distribuição da população por ocupação segundo os grandes grupos de trabalho apresentou a maior porcentagem de trabalhadores ocupada no grupo de ocupações elementares, 21,3%, seguida por trabalhadores no comércio, 16,2%. No município de Dourados, a ocupação de mão de obra foi balizada por 20,1% de trabalhadores ocupados em ocupações elementares e 17,8% de trabalhadores no comércio. O destaque da ocupação de mão de obra em Dourados, que contrasta com outros municípios da Grande Dourados, refere-se a 10,5% da população ocupada no grupo de profissionais de ciências e intelectuais.

O grupo de ocupações mais representado foi o de ocupações elementares em todos os municípios da Grande Dourados. Em segundo lugar, no percentual de ocupação da mão de obra, ficaram divididos os municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina, Glória de Dourados e Vicentina, com percentual de 15% a 24% no grupo de trabalhadores qualificados na agropecuária; Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Maracajú, de trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados; e Rio Brillhante ocupada por operadores de instalações e máquinas e por montadores.

TABELA 4
Distribuição da população dos municípios da Grande Dourados por grandes grupos de ocupações (2015)

Municípios	A ¹	B ²	C ³	D ⁴	E ⁵	F ⁶	G ⁷	H ⁸	I ⁹	J ¹⁰	L ¹¹
Mato Grosso do Sul	4,8	8,8	6,8	6,6	16,2	7,2	12,3	8,1	21,3	1,3	6,3
Caarapó	3,5	6,2	5,1	3,6	14,5	15,3	12,2	11	22,9	0,1	5,6
Deodápolis	5,2	7,4	4,5	4,3	11,6	15,7	12,4	14,3	23,1	0,3	1,1
Dourados	4,4	10,5	7,5	6,8	17,8	3,4	13,2	7,8	20,1	1,1	7,3
Douradina	2,6	6,7	2,6	4,6	13,9	22,9	10,1	9,5	22,9	0,2	4,1
Fátima do Sul	5,1	6,7	6,1	4,3	15,7	9,2	12,4	7,4	29,8	0,9	2,3
Glória de Dourados	6	6,8	5,8	4,2	13,1	16,8	12,2	8,3	25,4	0,5	0,9
Jateí	5,9	6,5	5,1	4,7	9,2	13,2	4,5	10,5	37,1	0,7	2,6
Itaporã	2,3	5,7	4,2	4	14,1	12,8	10,5	10,1	29,5	0,3	6,6
Maracajú	4,5	7,3	4	6,9	15,3	9,3	11,8	13,1	19,4	0	8,5
Rio Brillhante	4	6,1	5,4	4,3	14,1	12,7	10,9	14,9	22,1	0	5,6
Vicentina	5,5	4,1	3,4	4	11,8	24,3	12,6	7,3	24,2	0,6	2,3

Fonte: Relatório de informações sociais. Disponível em: <<https://bit.ly/3yYh5yK>>.

Notas: ¹ Diretores e gerentes.

² Profissionais das ciências e intelectuais.

³ Técnicos e profissionais de nível médio.

⁴ Trabalhadores de apoio administrativo.

⁵ Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados.

⁶ Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca.

⁷ Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios.

⁸ Operadores de instalações e máquinas e montadores.

⁹ Ocupações elementares.

¹⁰ Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.

¹¹ Ocupações mal definidas.

5 BALANÇO DA ORIGEM DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS NO PERÍODO 2006-2014

Há um cenário de polarização da localização das universidades federais em capitais do Brasil, principalmente no Sudeste. Nas macrorregiões do Centro-Oeste e Norte, tardiamente foram implantadas novas universidades federais, se comparadas com as demais macrorregiões. A expansão do Reuni possibilitou a interiorização das universidades de ensino público federal com a função de democratizar a oferta de vagas do ensino superior público e o acesso aos alunos do interior dos estados.

Para Brandão (2007), a polarização no espaço de poder pode ser concebida desde a dimensão econômica, das forças aglomerativas presentes no espaço geográfico capitalista, até a dimensão política, de tomadas de decisões coletivas determinadas por agentes do capital, derivada de processos de concentração e centralização de capital e suas reverberações no espaço. Desse modo, seus efeitos geram e ampliam as heterogeneidades estruturais do território, que, conciliado com a ausência da cidadania e politização, reforça a ausência de consciência de classe.

Segundo o autor referido, a alternativa é a constituição de espaços de concetração de demandas da população, designados como fóruns, conferências, comitês, agências etc., com o propósito de renovar o pacto político entre a sociedade e as instituições públicas. Esse processo deve ser republicano e democrático, em conjunto com a participação social nesses espaços de deliberação política (Brandão, 2013).

O propósito da instalação da UFGD no interior do Mato Grosso do Sul, além do objetivo de ampliar a oferta de vagas de ensino superior federal para a população, desconcentrando as vagas em Campo Grande, conta também com a possibilidade de expandir os efeitos para frente e para trás viabilizados pela universidade pública, bem como a formação da arena que combina demandas universais e principalmente étnico-raciais, sob o espectro do reconhecimento identitário.

O número de cursos de graduação presencial em Dourados ampliou de 12, em 2005, para 31, em 2010. Simultaneamente, em 2005 e 2010, o número de vagas ofertado no ensino superior público ampliou de 630 para 1.580.

TABELA 5
Número de cursos e vagas nos cursos de graduação presencial – Dourados

Dependência administrativa	Número de cursos de graduação presencial					Vagas oferecidas nos cursos de graduação presencial				
	1991	1995	2000	2005	2010	1991	1995	2000	2005	2010
Federal	9	8	13	12	31	360	360	670	630	1.580
Estadual	0	0	7	13	19	0	0	310	600	780
Privada	7	11	15	36	40	680	1.160	1.740	4.320	6.140

Fonte: Inep (2011).

O número de matrículas nos cursos presenciais do ensino superior federal público ascendeu de 1991 a 2010, destaque para o aumento ocorrido de 2005 para 2010, respectivamente, de 2.901 para 4.273. A expansão das matrículas acompanhou a expansão da oferta de vagas em cursos de graduação e pós-graduação concedidas pelo Reuni-UFGD, que proporcionou a abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação, assim como a expansão de vagas dos cursos instalados.

TABELA 6
Número de matrícula nos cursos de graduação das Ifes – Dourados

Dependência administrativa	Matrículas nos cursos de graduação presencial				
	1991	1995	2000	2005	2010
Federal	1.147	1.158	1.925	2.901	4.273
Estadual	0	0	565	1.958	2.156
Privada	1.720	2.874	3.962	7.207	8.315

Fonte: Inep (2011).

No quadro 1, apresentou-se a origem dos discentes de graduação da UFGD nos anos de 2006 a 2014. Nesta relação, é possível detectar três categorias de análises. Na primeira, houve maior porcentagem de alunos matriculados oriundos principalmente do município de Dourados e dos municípios que compõem a sub-região da Grande Dourados. Na segunda, houve maior porcentagem de alunos matriculados em cursos de graduação provenientes de outras regiões de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, principalmente de Campo Grande, e outras UFs. Na terceira, houve maior porcentagem de discentes originários de outras UFs matriculados em cursos de graduação.

De 2006 a 2010, houve ampliação de 20 para 28 cursos de graduação oferecidos pela UFGD. Nesta comparação, pode-se afirmar que em 2006 os cursos de letras, administração, análise de sistema, engenharia de alimentos, engenharia de produção, matemática, pedagogia, licenciatura indígena, zootecnia, ciências sociais, geografia e história se enquadraram no primeiro caso de análise, em que a maior porcentagem dos estudantes possui como municípios de origem Dourados e os do seu entorno, na Grande Dourados. Em 2010, esta tendência foi mantida para os cursos de letras, administração, matemática, pedagogia, licenciatura indígena, ciências sociais, geografia e história, com acréscimo dos cursos de ciências contábeis, ciências econômicas, educação física e gestão ambiental.

Na segunda categoria, em 2006, enquadraram-se os cursos de direito, agronomia, ciência biológica e gestão ambiental. Em 2010, artes cênicas, relações internacionais, engenharia de alimentos, engenharia de produção, zootecnia, psicologia, biotecnologia, nutrição foram elencados nesse caso, além da permanência dos cursos de direito, agronomia, ciência biológica e gestão ambiental. Em 2006 e 2010, o curso de medicina originou a terceira categoria de análise, com a maior porcentagem dos discentes oriundos de municípios de outras UFs.

Em 2010, registrou-se que a origem dos estudantes esteve dividida entre Dourados e municípios da Grande Dourados, com estudantes oriundos de municípios de outras regiões de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e outras UFs. Esse caso foi representado pelas matrículas dos estudantes nos cursos de artes cênicas, química, sistema de informação, engenharia de energia, engenharia agrônômica e ciências biológicas.

De 2010 a 2014, houve aumento de 28 para 32 cursos de graduação ofertados pela UFGD. Em 2014, os cursos de letras, administração, ciências econômicas, ciências contábeis, matemática, educação física, pedagogia, ciências sociais, geografia e história mantiveram como característica a maioria de seus alunos originados de Dourados e municípios da Grande Dourados. Porém, houve uma inflexão em relação à tendência estabelecida anteriormente: a maioria das matrículas realizadas nos cursos de artes cênicas, engenharia da computação, química, sistema de informação, direito, relações internacionais, engenharia de alimentos, engenharia civil, engenharia de energia, engenharia de produção, engenharia mecânica, engenharia agrônômica, engenharia da aquicultura, agronomia, zootecnia, biotecnologia, ciência biológica, gestão ambiental e nutrição passou a ser ocupada por estudantes dos municípios de Dourados e da Grande Dourados. Essa categoria apresentou maior inclusão de estudantes da sub-região da Grande Dourados para os cursos antes ocupados por estudantes de outras sub-regiões de Mato Grosso do Sul e outras UFs. No entanto, no curso de medicina, foi mantida a tendência de ter maioria dos seus estudantes de outras UFs, apesar do aumento dos que são originários de Dourados, mas em um percentual menor do que de outros estados. O curso de licenciatura de educação no campo seguiu a tendência da maioria de discentes com origem de outros estados.

QUADRO 1
Origem dos discentes de graduação da Universidade Federal da Grande Dourados

Cursos de graduação da UFGD		Número de estudantes conforme município de origem						Total	Campo Grande
		Dourados	Grande Dourados	Outras regiões de desenvolvimento/MS	Outras UFs	Não informado			
2006	Letras	51	2	4	1	3	61	4	
	Administração	65	4	10	2	2	83	0	
	Ciências contábeis	61	20	8	3	4	96	4	
	Análise de sistemas	30	5	6	0	6	47	2	
	Engenharia de alimentos	29	0	11	3	1	44	5	

(Continua)

(Continuação)

Cursos de graduação da UFGD		Número de estudantes conforme município de origem						
		Dourados	Grande Dourados	Outras regiões de desenvolvimento/MS	Outras UFs	Não informado	Total	Campo Grande
2006	Engenharia de produção	15	2	21	1	0	39	7
	Matemática	30	1	6	0	5	42	2
	Química	10	2	7	3	6	28	2
	Sistema de informação	6	2	1	0	0	9	0
	Direito	33	10	18	4	1	66	11
	Pedagogia	57	5	1	1	5	69	0
	Licenciatura indígena	49	4	5	0	4	62	0
	Agronomia	52	1	26	26	0	105	16
	Zootecnia	12	2	4	3	1	22	1
	Ciências biológicas	26	4	9	12	9	60	4
	Gestão ambiental	20	1	13	3	5	42	2
	Ciências sociais	20	2	4	5	3	34	1
	Geografia	53	5	8	4	3	73	5
	História	34	4	2	6	4	50	0
Medicina	9	0	14	29	0	52	10	
2010	Curso	Dourados	Grande Dourados	Outras regiões de desenvolvimento/MS	Outras UFs	Não informado	Total	Campo Grande
	Artes cênicas	22	10	22	4	2	60	1
	Letras	45	15	18	4	5	87	4
	Administração	40	7	10	9	0	66	2
	Ciências contábeis	30	10	5	5	2	52	2
	Ciências econômicas	35	3	5	8	1	52	2
	Matemática	26	13	10	6	2	57	1
	Química	18	6	21	12	1	58	3
	Sistema de informação	20	5	17	10	1	53	0
	Direito	24	7	29	19	1	80	10
Relações internacionais	15	3	24	12	3	57	6	

(Continua)

(Continuação)

Cursos de graduação da UFGD		Número de estudantes conforme município de origem						
		Dourados	Grande Dourados	Outras regiões de desenvolvimento/MS	Outras UFs	Não informado	Total	Campo Grande
2010	Educação física	25	5	13	6	2	51	3
	Pedagogia	45	8	4	6	1	64	1
	Engenharia de alimentos	20	4	12	19	1	56	0
	Engenharia de energia	25	1	17	7	2	52	7
	Engenharia de produção	12	2	23	27	1	65	8
	Licenciatura indígena	40	7	21	0	0	68	3
	Agronomia	18	3	18	18	2	59	2
	Engenharia agrônômica	13	9	25	6	2	55	3
	Zootecnia	17	1	21	12	1	52	6
	Biotecnologia	15	3	20	18	1	57	6
	Ciência biológicas	23	11	20	19	4	77	9
	Gestão ambiental	23	8	14	9	2	56	1
	Ciências sociais	31	5	14	2	0	52	3
	Geografia	35	17	18	6	8	84	0
	História	33	9	7	11	0	60	1
	Psicologia	19	5	28	11	1	64	7
Medicina	3	0	11	43	1	58	10	
Nutrição	22	9	20	12	1	64	3	
2014	Curso	Dourados	Grande Dourados	Outras regiões de desenvolvimento/MS	Outras UFs	Não informado	Total	Campo Grande
	Artes cênicas	15	5	14	2	4	40	4
	Letras	40	18	8	5	1	72	1
	Administração	40	7	14	5	1	67	0
	Ciências contábeis	32	8	5	3	4	52	0
	Ciências econômicas	23	16	9	4	12	64	3
	Engenharia da computação	34	9	12	1	5	61	2
	Física	11	6	7	1	0	25	1

(Continua)

(Continuação)

Cursos de graduação da UFGD		Número de estudantes conforme município de origem						
		Dourados	Grande Dourados	Outras regiões de desenvolvimento/MS	Outras UFs	Não informado	Total	Campo Grande
2014	Matemática	35	24	14	3	10	86	0
	Química	34	23	21	7	3	88	2
	Sistema de informação	35	8	13	3	1	60	0
	Direito	30	4	17	4	1	56	4
	Relações internacionais	34	4	15	11	5	69	2
	Educação física	21	10	13	1	6	51	1
	Pedagogia	43	7	9	2	7	68	1
	Engenharia de alimentos	28	5	7	6	1	47	0
	Engenharia civil	32	4	20	7	2	65	8
	Engenharia de energia	32	2	14	4	3	55	0
	Engenharia de produção	32	8	13	2	5	60	1
	Engenharia mecânica	36	4	17	2	4	63	5
	Educação no campo	9	6	6	119	8	148	6
	Agronomia	19	8	19	3	5	54	6
	Engenharia agrônômica	29	9	13	5	2	58	0
	Engenharia de aquicultura	23	3	5	5	4	40	0
	Zootecnia	25	6	12	3	8	54	0
	Biotecnologia	32	10	10	3	2	57	2
	Ciências biológicas	77	16	14	16	1	124	1
	Gestão ambiental	22	8	10	0	5	45	0
	Ciências sociais	56	4	8	2	4	74	1
	Geografia	40	13	14	2	10	79	0
	História	32	13	7	2	9	63	0
	Psicologia	44	7	16	8	5	80	5
Medicina	34	0	18	31	8	91	13	
Nutrição	31	8	20	3	1	63	0	

Fonte: UFGD ((s.d.)).
Elaboração do autor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Reuni possuiu fundamental importância como política pública capaz de exercer modificações estruturais nos territórios. A interiorização do ensino superior federal, pela implantação da UFGD, provocou, de 2006 a 2014, diferentes impactos nos municípios da sub-região da Grande Dourados, ao atender as demandas da população de reduzir as assimetrias regionais.

Inicialmente, provocou-se a desconcentração da oferta de vagas de ensino superior federal de Campo Grande para o interior deste estado, o que proporcionou a formação e capacitação dos indivíduos, com a fixação de recursos humanos em suas cidades de origem, modificando os mercados de trabalho local e regional. A implantação da UFGD priorizou ações que dialogassem com as demandas pleiteadas pela pluralidade de diferentes identidades do território da sub-região da Grande Dourados: populações tradicionais (quilombolas), Movimento Sem-Terra, população indígena de diferentes etnias, brasiguaios, negros e população de baixa renda. Os PDIs da UFGD, de 2006 a 2010, priorizaram ações direcionadas às demandas específicas da população, como formação do curso de licenciatura indígena para as comunidades guaranis e koiwás; oferta do curso de licenciatura em ciências sociais para os estudantes do Pronera; programas de apoio à extensão universitária e de pesquisa em educação inclusiva; política de permanência dos discentes nos cursos de graduação, evitando a evasão por intermédio de bolsas de assistência estudantil, bolsa permanência, bolsa alimentação, bolsa Pibex.

Essas ações impactaram a melhoria dos indicadores sociais da população dos municípios da Grande Dourados. Em Dourados, houve redução da taxa de desigualdade social, indicado pelos dados de renda *per capita* e porcentagens da população extremamente pobre e pobre. Porém, foi constatado com outros indicadores que mensuram a desigualdade social, como o índice de Gini e o IDHM, que, em 2010, somente Douradina superou a média estadual, e Dourados e Maracajú superaram a média nacional.

As ações apresentadas pelo PDI da UFGD geraram abertura de novas vagas para o ensino superior federal, no qual proporcionou o ingresso de discentes oriundos de municípios da Grande Dourados, bem como o acesso da população à política pública de educação.

A oferta de cursos de graduação presenciais na Grande Dourados ampliou de 12, em 2005, para 31, em 2010. Houve também a evolução da oferta do número de vagas no ensino superior de 630, em 2005, para 1.580, em 2010, e o número de matrículas dos estudantes nos mesmos anos saltou de 2.901 para 4.273, respectivamente.

O balanço dos dados sobre o município de origem dos estudantes dos cursos superiores da UFGD, entre 2006 e 2014, apontou Campo Grande como o município de origem da maioria dos discentes classificados como de outra região de desenvolvimento. Em 2006, no curso de medicina, foram matriculados 10 discentes do total de 14; no curso de direito, foram 11 matriculados do total de 18; e no curso de agronomia, foram 16 discentes matriculados do total de 26. Em 2014, há uma inflexão nessa polarização de maioria de estudantes de outras regiões de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, oriundos de Campo Grande, em cursos tradicionais. Por exemplo, no curso de direito, a relação foi de 4 discentes no total de 17; e em agronomia, 6 discentes no total de 19, permanecendo o curso de medicina com mais estudantes da capital do estado, 13, no total de 18 estudantes.

Em 2014, os dados das matrículas dos discentes da UFGD registraram inflexão em relação à tendência para os cursos tradicionais, como direito, engenharias e agronomia, e áreas de tecnologia e ciências biológicas, que possuíam maior porcentagem de matrículas de discentes de outras regiões de desenvolvimento, como Campo Grande, e de outras UFs, para passarem a ser ocupadas por estudantes dos municípios de Dourados e da Grande Dourados.

Essa mudança pode estimular os movimentos pendulares da população da Grande Dourados para Dourados, como fenômeno de integração intermunicipal para o desenvolvimento regional. As consequências desse movimento podem estimular a capacitação da população jovem dos municípios da Grande Dourados e ser disparadores para a abertura de novos postos de ocupação e reversão do quadro de postos pouco qualificados, além de ter forte impacto na mudança do perfil do estudante universitário, diminuindo as desigualdades educacionais pelo critério da localização geográfica, da capital para o interior.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. Transversalidade, multiescalaridade e os desafios da legitimação das políticas regionais no Brasil. In: RANDOLPH, R.; TAVARES, H. M. (Org.). **Política e planejamento regional**: uma coletânea. Brasília: Gráfica Movimento, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Reestruturação e expansão da Universidade Federal da Grande Dourados**: Reuni-UFGD. [s.l.]: MEC; UFGD, 2007.
- _____. **Reuni 2008**: relatório de primeiro ano. [s.l.]: MEC, 2009a.
- _____. **Universidade, expandir até ficar do tamanho do Brasil**. Brasília, 2009b.

CEPÊDA, V. A. **Políticas de desenvolvimento social e o Nordeste**: um panorama sobre a expansão do ensino superior público federal recente. In: ANGELA, N.; LIMA, M. C. **O nordeste brasileiro em questão**: uma agenda para reflexão. Recife: Editora UFPE, 2014.

CLEMENTINO, M. L.; DANTAS, J. R. A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/Campus de Pau dos Ferros (RN). **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 227-236, jul.-dez. 2014.

COSTA FILHO, E. S. **Expansão e democratização da educação superior**: uma avaliação dos impactos do Reuni no curso de serviço social da UFPB. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2016.

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (Semade). **Estudo da dimensão territorial do estado de Mato Grosso do Sul**: regiões de planejamento. Campo Grande, 2015.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro). **Produto interno bruto municipal 2010-2018**. Campo Grande, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3l5Gser>>.

FUSCO, W.; OJIMA, R. Educação e desenvolvimento regional: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular no estado de Pernambuco. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, G&DR, Taubaté, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 1, p. 247-263, jan.-abr. 2017.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2010**. Inep, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3jDcOwa>>.

MARQUES, A. C.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democrático e inclusivos. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul.-dez. 2012.

MATTOS, P. **A sociologia política do reconhecimento**: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.

OJIMA, R.; MARANDOLA, E. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: Dispersão Urbana e reflexiva na Dinâmica regional não metropolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, nov. 2012.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Brasília: PNUD; Ipea; FJP, dez. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3BzfLnN>>.

ROLIM, C.; SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UFGD – UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Secretaria Acadêmica da UFGD. **Origem dos discentes de graduação da UFGD de 2006 a 2014**. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

VIEIRA, D. J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? *In*: MONTEIRO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Brasília: Ipea, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FPA – FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Acesso ao ensino superior no Brasil**: a contribuição dos programas federais no período recente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, maio 2015. (FPA Comunica, n. 18).